



RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE QUATRO (4) TÉCNICOS NÍVEL I

CONCURSO Nº 01 / ICCA/2019

A presente publicação contém o resultado **definitivo** da prova de conhecimento, referente ao concurso de recrutamento e seleção, com objetivo de preencher 4 (quatro) vagas de Técnico Nível I, na área de Serviço Social 1 (uma) vaga e área de Psicologia Clínica 3 (três) vagas, **em regime de Contrato a Termo Certo**, para desempenhar as funções de Técnico nas representações do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) nas Ilhas de São Nicolau, Brava, Boavista e o Concelho de Ribeira Grande de Santo Antão.

Conforme o regulamento, “**serão aprovados os candidatos com a classificação igual ou superior a 10 (dez) valores**” adotada a escala de 0 a 20 valores, **considerando-se a valoração até às centésimas** e, tendo a prova de conhecimentos a **ponderação de 55%** para a classificação final.

RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DE CONHECIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Grelha de Pontuação

I Parte - Questões Gerais

Questão	Resposta Correta	Cotação
1	O instituto da criança e do adolescente é uma pessoa coletiva de direito público, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É o organismo público encarregado de promover e executar a política para a infância e a adolescência, bem como, a proteção e a defesa dos seus direitos perante qualquer entidade pública ou privada, nos limites da lei.	1
2	De acordo com o artigo 7º da portaria nº 36/2018 de 6 de novembro, só podem ser admitidas no quadro pessoal do ICCA, os indivíduos que preencham os seguintes requisitos: <ul style="list-style-type: none">• Não estar interdito ou inabilitado;• Terem bom comportamento cívico e não ter cometido nenhum crime contra pessoas e/ou propriedade;• Possuir habilitações literárias e experiência profissional exigida para a categoria;• Ter idade mínima de 18 anos e mínima de 35 anos;	1

	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir robustez física e psicológica indispensável para o exercício da função. 	
3	De acordo com o artigo 2º do cap. II do decreto-lei nº3/2010 de 8 de março, o direito a férias adquire-se com a constituição de relação jurídica do emprego público; mais de um ano de serviço prestado a administração; não ter sofrido pena de suspensão superior a 90 dias ou inatividade; não haver inconveniência para o serviço; subordinação a um plano geral.	1
4	<p>Na administração pública cabo-verdiana existem dois tipos de mobilidade: geral e especial.</p> <p>Mobilidade geral consiste na variação de um lugar ocupado pelo funcionário para outro lugar vago do quadro de outro serviço ou de outra pessoa coletiva pública ou privada, ou de organismos internacionais de direito público, ou ainda na variação de um lugar para o outro a que corresponda uma categoria ou carreira diferentes daquelas de que o funcionário é titular, a tempo inteiro ou em regime de acumulação, nos termos do presente diploma e demais legislações aplicáveis.</p> <p>Mobilidade especial consiste na variação do lugar ocupado pelo funcionário colocado na disponibilidade, ou em procedimentos geradores de situações de disponibilidade, para outro lugar vago do quadro de outro serviço, ou de outra pessoa coletiva pública, variação transitória ou duradoura, nos termos do presente diploma e demais legislações aplicáveis.</p>	1
5	São valores éticos da função pública os seguintes: Legalidade; Fidelidade; Motivação; Imparcialidade; Transparência; Racionalidade; Proporcionalidade; Não discriminação; Segurança jurídica; Responsabilidade pelos direitos e interesses legalmente protegidos e a garantia de ampla defesa dos particulares.	1

II Parte - Questões Específicas do Serviço Social

Questão	Resposta Correta	Cotação
6	<ul style="list-style-type: none"> • Defender e garantir os direitos das crianças e da adolescente em situação de risco e suas respetivas famílias; • Realizar atendimentos de crianças e adolescentes e respetivas famílias, perspetivando o bem-estar dos mesmos, e acesso aos direitos, bens, equipamentos sociais públicos e da sociedade civil; 	2.5

	<ul style="list-style-type: none"> • Promover atividades educativas, lúdicas, de informação, sensibilização e estímulo ao desenvolvimento biopsicossocial; • Elaborar estudos sociais e relatórios socioeconómico de crianças e adolescentes e respetivas famílias ou outros documentos decorrentes das averiguações ou atendimentos efetuados; • Realizar visitas domiciliárias, escolares para acompanhamento dos casos atendidos, averiguação de casos e situações suspeitas e de denúncias sobre abusos sexuais, maus tratos e outras situações de violações de direitos de crianças e adolescentes; • Atuar como facilitador no processo de reintegração e adaptação da criança e do adolescente à sua família e ao seu meio de residência; • Elaborar parecer social sobre situação da criança e da família sempre que for solicitado; • Promover palestras, campanhas de sensibilizações, formações, orientações, reflexões e debates junto dos pais e encarregados de educação das crianças e dos adolescentes sobre temáticas e questões pertinentes, nomeadamente, relacionadas à crianças, adolescentes e famílias; • Colaborar com outros serviços de atendimento, nomeadamente, as instituições que operam na área da criança e do adolescente; • Elaborar e implementar planos e relatórios de atividades; 	
7	<p>Na qualidade do Assistente Social do Centro Dia, para realizar o parecer sobre o pedido de acolhimento institucional da criança de 4 anos de idade, vítima de maus tratos, privilegiaria os seguintes instrumentos para a realização do estudo da situação da criança com objetivo e conhecer a realidade social da referida criança e da sua família:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visita domiciliar, por ser é um instrumento que possibilita ao Assistente Social conhecer in loco a essência da realidade social, o cotidiano e as condições de vida da criança e da sua família em todos as suas dimensões, nomeadamente habitacional, socioeconómico, sociocultural, educacional e sanitária. Assim como, identificar com quem a criança vive, os agregados familiares e conseqüentemente quem exerce a responsabilidade parental. Portanto, este instrumento possibilita, por um lado, ao Assistente Social fazer uma investigação profunda e alarga sobre a realidade da criança e da sua família, e por outro, recolher informações essenciais que possibilita uma análise crítica do contexto em que a criança esta inserida que é fundamental para a elaboração do parecer, priorizando o superior interesse da criança. 	2.5

	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista, por ser um instrumento que possibilita o profissional do Serviço Social, enquanto entrevistador, recolher informações e dados sobre o modo de vida da criança e da sua respetiva família, direcionado para o objetivo que se pretende alcançar, nesse caso, decidir sobre acolhimento institucional ou não da criança. Para isso, é fundamental ter um guião ou um roteiro com as principais questões/ assuntos que se pretende abordar, para subsidiar o Assistente Social durante a entrevista. Importa realçar que, é importante a utilização desse instrumento porque, a sua aplicação pressupõe existência de três processos fundamentais, planeamento, execução e registo que permite o profissional do Serviço Social interpretar, analisar e avaliar as condições de vida da criança e da sua família e posteriormente tomar a decisão que melhor salvaguarda o superior interesse da criança. A entrevista também é importante por que, possibilita o Assistente Social aprofundar e esclarecer algumas informações, questões que não ficaram claras durante a visita domiciliar. • Observação, por ser um instrumento que possibilita ao profissional do Serviço Social a apreensão da realidade social da criança e da família que esta sendo investigada. A aplicação deste instrumento pressupõe a utilização de todos os sentidos humanos para aquisição de informação e conhecimento com base no objetivo que se pretende atingir. Esse instrumento é muito importante também, porque permite analisar criticamente diversos contextos e situações da criança e da família. Importa realçar que, a observação não é um instrumento que se utiliza de uma forma isolado, mas sim é parte integrante dos demais instrumentos utilizados pelos Assistentes Sociais para elaboração do parecer e da tomada de decisão. • Diário de campo/livro de registo (caderno), por ser um instrumento que permite o profissional do Serviço Social registar todas as informações recolhidas durante a visita domiciliar e ou no cotidiano profissional, que serão utilizadas para fazer a análise da situação e elaboração do parecer. • Estudo social, por ser um instrumento metodológico e específico do profissional do Serviço Social e também porque visa conhecer e analisar de forma aprofundada e crítica uma determinada situação ou realidade social vivida pelos sujeitos sobre a qual o profissional é chamado a dar a sua opinião. Por tanto, o estudo social visa ainda, apresentar respostas as demandas postas e contribuir para tomada de decisão. É um instrumento que possibilita o Assistente Social recolher um conjunto de informações e dados que lhe permite elaborar uma análise da situação social da criança e da família de forma cautelosamente, avaliada e interpretada. Para a elaboração do estudo social é necessário que o profissional formule um plano de ação, definindo quem será abordado no estudo, estabelecer os instrumentos 	
--	--	--

	<p>que serão utilizados para a execução do estudo, tudo isso deve ser escrito e documentado por meio do relatório.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório social, por ser um documento que possibilita fazer a descrição e interpretação das intervenções e ações desenvolvidas pelo Assistente Social durante a sua prática profissional. Este instrumento pode auxiliar o Assistente Social na elaboração do parecer social sobre uma demanda específica nesse caso o pedido de acolhimento institucional. 	
8	<ul style="list-style-type: none"> • Considerando o fato de que, se trata de uma criança de mãe falecida e pai desconhecido, que atualmente se encontra com seis meses de idade; • Considerando que, desde o nascimento até o presente momento a criança se encontra acolhida no Centro de Emergência Infantil do ICCA; • Considerando que CEI é um lugar de acolhimento temporário e não definitivo; • Considerando que o lugar da criança é na família e não nos centros de acolhimento; • Considerando que durante o período em que a criança ficou acolhida no ICCA, o caso foi informado a Curadoria de Menores que iniciou o processo de averiguação da paternidade. Contudo, não se chegou a identificar o pai biológico da criança nem aos avós paternos, apenas foi possível identificar e localizar os avós e familiares maternos. • Neste sentido, pode-se considerar as seguintes medidas alternativa de proteção para a referida criança: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Inserção da criança na família alargada (avós maternos, tios, tias, primos); ✓ Colocação da criança numa família de acolhimento; ✓ Sinalizar a criança para a Adoção Nacional; ✓ Sinalizar a criança para a Adoção Internacional; ✓ Institucionalização da criança nas Aldeias SOS <p>Dentre as medidas de proteção apontadas, acredito que, o que melhor responde ao superior interesse da criança, é a primeira alternativa, ou seja, a inserção da criança na família alargada, neste caso os avós maternos. Isso porque, conforme referido anteriormente, durante a investigação da paternidade e dos documentos da mãe foi possível identificar e localizar os avós. Das visitas domiciliares realizadas aos avós maternos foi possível verificar que os avós possuem as condições habitacionais, socioeconómicas, educacionais e sanitárias para acolher e educar a criança referida. Ainda nas vistas domiciliares realizadas foi possível observar que existe um meio familiar e comunitário que possibilita o desenvolvimento integral e harmonioso da criança. Para além disso, os</p>	5.0

	<p>avós e os demais membros ficaram emocionados e felizes com a possibilidade de poderem assumir a guarda da criança e cuidar da sua educação e do seu desenvolvimento. Percebe-se que existe um grande afeto e carinho maternal por parte dos vós em relação à criança. Deste modo a inserção da criança na sua família alargada assegura e garante um direito fundamental da criança que é a convivência familiar e comunitária. Contudo sugiro que nos primeiros após a inserção seja realizada visitas de acompanhamento com objetivo de assegurar uma boa inserção da criança na família.</p>	
9	<p>Na sequência da denúncia efetuada pela Escola sobre uma criança do sexo masculino que, supostamente, está sendo abusada sexualmente pelo vizinho, enquanto Assistente Social do Centro, primeiramente faço o registo do caso e de seguida darei os seguintes passos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visita a escola para verificar a veracidade da denúncia e inteirar do caso junto da professora e do diretor da escola e recolher informações relacionados com a família e residência da criança; • Visita domiciliar a residência da criança para conhecer <i>in loco</i>, o contexto e a realidade social em que a criança está inserida, bem como informar os pais ou o encarregado de educação da criança sobre a denúncia; • Proceder o atendimento inicial da criança e da família para inteirar do caso e informar e orientar sobre os procedimentos a seguir; • Elaboração de um estudo social da criança e da sua família; • Encaminhar o caso para o psicólogo para proceder a realização de atendimento específico da área; • Encaminhamento da criança para consulta médica, em que foi confirmada a agressão sexual; • Formalizar a denúncia junto do Ministério Público (Procurador da República/Curador de Menores da Comarca local). • Acompanhamento do caso para saber informação sobre a situação da criança na escola; família; comunidade e frequência ao atendimento psicológico etc. 	5.0

Resultado da Prova de Conhecimento do Serviço Social

N.º	NOME DOS CANDIDATOS	RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESCALA 0-20 VALORES	PONDERAÇÃO 55%	CLASSIFICAÇÃO
1	Tania Marina Pereira Carvalho Silva	10.95	6.02	Aprovado/a

2	Claúdia da Conceição Delgado	12.15	6.68	Aprovado/a
3	Christian Erik Morais Semedo	10.45	5.75	Aprovado/a
4	Nadilsa de Freitas Conceição Monteiro	13.4	7.37	Aprovado/a
5	Maria do Livramento Soares Silva	14.75	8.11	Aprovado/a
6	Sueli Patrícia Andrade Fortes	10.75	5.91	Aprovado/a
7	Nélida Liliana Madalena Gomes	6.8	3.74	Não Aprovado
8	Geiza Manuela Mendes Semedo	Não compareceu	-	Desistiu
9	Hélida Jeoceline Varela dos Santos	Não compareceu	-	Desistiu
10	Isabel Silva Monteiro	Não compareceu	-	Desistiu
11	Jessica Marilene Gonçalves Sanches	Não compareceu	-	Desistiu
12	Jailce Tavares Ribeiro	Não compareceu	-	Desistiu
13	Viviana Katisa Sousa Almeida	Não compareceu	-	Desistiu
14	Ronisia Fortes Valério	Não compareceu	-	Desistiu

RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DE CONHECIMENTENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

Grelha de Pontuação

I Parte - Questões Gerais

Questão	Resposta Correta	Cotação
1	O instituto da criança e do adolescente é uma pessoa coletiva de direito público, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É o organismo público encarregado de promover e executar a política para a infância e a adolescência, bem como, a proteção e a defesa dos seus direitos perante qualquer entidade pública ou privada, nos limites da lei.	1
2	De acordo com o artigo 7º da portaria nº 36/2018 de 6 de novembro, só podem ser admitidas no quadro pessoal do ICCA, os indivíduos que preencham os seguintes requisitos: <ul style="list-style-type: none"> • Não estar interditado ou inabilitado; • Terem bom comportamento cívico e não ter cometido nenhum crime contra pessoas e/ou propriedade; 	1

	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir habilitações literárias e experiência profissional exigida para a categoria; • Ter idade mínima de 18 anos e máxima de 35 anos; • Possuir robustez física e psicológica indispensável para o exercício da função. 	
3	De acordo com o artigo 2º do cap. II do decreto-lei nº3/2010 de 8 de março, o direito a férias adquire-se com a constituição de relação jurídica do emprego público; mais de um ano de serviço prestado a administração; não ter sofrido pena de suspensão superior a 90 dias ou inatividade; não haver inconveniência para o serviço; subordinação a um plano geral.	1
4	<p>Na administração pública cabo-verdiana existem dois tipos de mobilidade: geral e especial.</p> <p>Mobilidade geral consiste na variação de um lugar ocupado pelo funcionário para outro lugar vago do quadro de outro serviço ou de outra pessoa coletiva pública ou privada, ou de organismos internacionais de direito público, ou ainda na variação de um lugar para o outro a que corresponda uma categoria ou carreira diferentes daquelas de que o funcionário é titular, a tempo inteiro ou em regime de acumulação, nos termos do presente diploma e demais legislações aplicáveis.</p> <p>Mobilidade especial consiste na variação do lugar ocupado pelo funcionário colocado na disponibilidade, ou em procedimentos geradores de situações de disponibilidade, para outro lugar vago do quadro de outro serviço, ou de outra pessoa coletiva pública, variação transitória ou duradoura, nos termos do presente diploma e demais legislações aplicáveis.</p>	1
5	São valores éticos da função pública os seguintes: Legalidade; Fidelidade; Motivação; Imparcialidade; Transparência; Racionalidade; Proporcionalidade; Não discriminação; Segurança jurídica; Responsabilidade pelos direitos e interesses legalmente protegidos e a garantia de ampla defesa dos particulares.	1

II Parte - Questões Específicas de Psicologia Clínica

Questão	Resposta Correta	Cotação
1.1	(Transtorno de) pica na infância porque há o comer persistente ou recorrente de substâncias não-nutritivas pelo menos duas vezes por semana, o comportamento persiste mais de um mês, a criança não exibe outro transtorno mental ou de comportamento, a idade da criança é maior a requerida para o diagnóstico que é de pelo menos 2	1

	anos e, o comportamento alimentar não é parte de uma parte de uma prática cultural.	
2.1	E) Transtorno de ansiedade de doença.	0.9
3.1	B) Transtorno disruptivo da desregulação do humor.	1
3.2	<p>O primeiro passo é a realização de uma avaliação minuciosa com os pais, os professores e a própria criança que permite fazer um diagnóstico funcional, apontar diagnósticos diferenciais e escolher as técnicas mais pertinentes e eficazes para serem utilizadas no processo terapêutico. A primeira entrevista acontece com os pais ou responsáveis, mas a entrevista com a criança e com o adolescente também é de extrema importância.</p> <p>Treino dos pais e professores se torna essencial. Para tanto, é preciso que se conheçam as contingências das quais o comportamento é função. Inicialmente é preciso fazer um trabalho psicoeducativo, definindo os comportamentos específicos, para que não haja confusão quanto ao que observar e ao que avaliar. Além disso, explicar sobre os antecedentes, ou seja, situações que possibilitam o aparecimento do comportamento, e consequentes, que são os acontecimentos que ocorrem após a emissão do comportamento, independentemente de serem positivos ou negativos. Essa análise é muito importante para os pais, pois, a partir do momento em que conseguem entender e prestar atenção aos eventos que fortalecem o comportamento, se dão conta de que fazem parte desse comportamento. Esta avaliação e a análise funcional também devem ser feitas na escola, ambiente em que a criança passa bastante tempo. Portanto, na psicoterapia infantil, o trabalho com os pais é sempre fundamental para que o aprendizado em sessão clínica possa ser generalizado e reforçado em outros ambientes.</p> <p>Treino com crianças e adolescentes: para este caso, pode-se utilizar vários instrumentos avaliativos e interventivos: psicoeducação; automonitoramento das emoções e comportamentos, gestão de estresse, treino de regulação emocional e de habilidades sociais, com técnicas autoinstrutivas e de empatia; o uso de procedimentos cognitivos mais complexos, como reatribuição, exploração de alternativas e diminuição de atributivos hostis das crianças. Aumento da capacidade de raciocínio moral. Elaboração de planos de ação, que ajudam a criança a refletir sobre os comportamentos adequados em certas situações em que antes agiria com impulsividade, antecipar possíveis problemas e construir formas alternativas e positivas de lidar com eles. Depois disso, a prescrição de tarefa de casa como uma forma de o paciente poder exercitar o desempenho em outros momentos. Jogos terapêuticos para serem trabalhados conjuntamente com pais e filhos, com perguntas sobre o quotidiano, preferências e comportamentos de ambos. Filmes, revistas em quadrinhos, contos de</p>	3

	fada são recursos para modelação do comportamento da criança. O <i>role playing</i> , ou ensaio comportamental, também é um ótimo recurso, especialmente com o uso de fantoches, dedoches, argila, música, bonecos. Ainda o sistema de economia de fichas, a fim de fortalecer os comportamentos adequados por meio do reforçamento positivo e a cadeira do pensamento como <i>time out</i> .	
4.1	a) Errado b) Errado c) Errado d) Certo e) Errado f) Certo	0.6
5	d)	1
6	b)	1
7	d)	1
8.1	Estamos perante uma situação de alienação parental em que a mãe coloca a criança contra o pai e a família paterna, ou seja, esta prática caracteriza-se como toda interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos pais, pelos avós ou por qualquer adulto que tenha a criança ou o adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância. O objetivo da conduta, na maior parte dos casos, é prejudicar o vínculo da criança ou do adolescente com o genitor. A alienação parental fere, portanto, o direito fundamental da criança à convivência familiar saudável. A alienação parental acarreta muitos efeitos psicológicos e emocionais negativos que pode provocar nas relações entre pais e filhos.	1
8.2	Entrevista clínica com ambos os pais para o diagnóstico da saúde mental dos periciados; reconhecimento das dinâmicas relacionais e vínculos estabelecidos entre eles; entrevistas e testes com a criança; informação de familiares e terceiros. Se comprovar a alienação parental há necessidade de intervenção com a mãe para perceber os impactos negativos no desenvolvimento emocional e sociofamiliar da criança; elaboração do relatório psicológico ao juiz para medidas convenientes, sugerindo a não guarda exclusiva pela mãe, alertando sobre possíveis prejuízos à saúde geral da criança.	1
9.1	O psicodiagnóstico possibilita uma avaliação global da personalidade do paciente, determinação da natureza, intensidade e relevância dos distúrbios, fornecimento de subsídios a demais profissionais, definição do tipo de intervenção terapêutica, prognóstico da evolução terapêutica e pesquisa psicológica. Investigar alguns aspetos em particular, de acordo com a sintomatologia e informações da indicação ou queixa, ou ainda favorecer a identificação de recursos potenciais e possibilidades do examinando.	1
9.2	Anamnese é quando para o estabelecimento de um diagnóstico, inicia-se a investigação com a obtenção de uma história clínica do paciente, a mais completa possível (esclarecimento dos sintomas atuais com sua descrição objetiva e detalhada, as circunstâncias em que surgiram, se houve ou não algum estressor que desencadeou ou agravou o quadro,	1.5

	o grau de interferência na vida social, nas atividades profissionais diárias, nas relações interpessoais e a intensidade do sofrimento psíquico; breve histórico do desenvolvimento pessoal e de como ocorreu a ultrapassagem das diferentes etapas evolutivas).	
10	(C) I e III, apenas.	1

Resultado da Prova de Conhecimento de Psicologia Clínica

N.º	NOME DOS CANDIDATOS	RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESCALA 0-20 VALORES	PONDERAÇÃO 55%	CLASSIFICAÇÃO
1	Mileida Patrícia Fernandes Cabral	15.06	8.58	Aprovado/a
2	Elida Patrícia Pires	13.25	7.28	Aprovado/a
3	Zandira Silene Correia Brito	12.4	6.82	Aprovado/a
4	Djeila Lopes Timas	11.6	6.38	Aprovado/a
5	Carmem Assunção Lopes Barros Dionisio	9.0	4.95	Não Aprovado/a
6	Gabriel Santos Lima Fortes	9.75	5.36	Não Aprovado/a
7	Janete Karine Moreira Rocha	7.95	4.37	Não Aprovado/a
8	Queila Fortes Monteiro	8.15	4.48	Não Aprovado/a
9	Lucete dos Santos Miranda	7.55	4.15	Não Aprovado/a
10	Vitória de Barros Gomes Monteiro	8.15	4.48	Não Aprovado/a
11	Idânia Cibél Delgado Tavares	7.4	4.07	Não Aprovado/a
12	Lucy Irina Mejias Ribeiro	8.4	4.62	Não Aprovado/a
13	Edite Joana Fortes Brito	4.8	2.64	Não Aprovado/a
14	Marlene Solange Delgado do Rosário	Não compareceu	-	Desistiu
15	Rilda Helena Delgado Leite	Não compareceu	-	Desistiu
16	Elizabete Cristina Lopes Monteiro	Não compareceu	-	Desistiu
17	Leandra Spencer Soares Lima	Não compareceu	-	Desistiu
18	Liliana dos Santos Silva Andrade	Não compareceu	-	Desistiu
19	Elton John Silva e Silva	Não compareceu	-	Desistiu

11/15

Lista alterada após o período de reclamação

20	Maura Helena Oliveira Divid	Não compareceu	-	Desistiu
21	Zélida Carina Medina Lopes	Não compareceu	-	Desistiu
22	Maria Manuela Mendes Correia	Não compareceu	-	Desistiu
23	Filomeno de Andrade Semedo	Não compareceu	-	Desistiu
24	Natália Vieira Monteiro	Não compareceu	-	Desistiu
25	Maria Madalena Fernandes Semedo	Não compareceu	-	Desistiu
26	Gilmara Solange Fortes Lima	Não compareceu	-	Desistiu

RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA - BOA VISTA

Dada à situação de COVID-19, na ilha de Boa vista, colocando a ilha em quarentena obrigatória e o não funcionamento dos serviços públicos, a candidata da Boa -Vista (021) não conseguiu realizar a prova de conhecimento no dia 23 de março do corrente ano, pelo que foi preparada uma segunda prova para lhe ser aplicada, por isso, faremos uma adenda à parte com a grelha de correção desta Prova.

Grelha de Pontuação

I Parte - Questões Gerais

Questão	Resposta Correta	Cotação
1	<p>O ICCA guia a sua conduta por princípios consagrados na constituição da república, nos instrumentos internacionais de proteção da criança e do adolescente, no estatuto da criança e do adolescente e demais disposições legais. São princípios importantes para a atividade do ICCA;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proteção integral da criança e do adolescente; • Princípio de interesse superior da criança e do adolescente; • Princípio da prioridade absoluta da criança e do adolescente; • Princípio da autonomização progressiva da criança e do adolescente; • Princípio da solidariedade • Princípio da cooperação • Etc. 	1
2	De acordo com o artigo 7º da portaria nº 36/2018 de 6 de novembro, só podem ser admitidas no quadro pessoal do ICCA, os indivíduos que preenchem os seguintes requisitos:	1

	<ul style="list-style-type: none"> • Não estar interdito ou inabilitado; • Terem bom comportamento cívico e não ter cometido nenhum crime contra pessoas e/ou propriedade; • Possuir habilitações literárias e experiência profissional exigida para a categoria; • Ter idade mínima de 18 anos e máxima de 35 anos; • Possuir robustez física e psicológica indispensável para o exercício da função. 	
3	As férias podem ser suspensas por motivos de maternidade, paternidade, adoção, podendo seu gozo ter lugar em momento a acordar com o serviço. Podem ainda ser suspensa por doença e por assistência inadiável e imprescindível às famílias doentes, situação em que se aplica, e/as necessárias adaptações o regime férias, faltas e licenças.	1
4.1	Os deveres estabelecidos no artigo 38º da lei nº 45/VII/2009 de 27 julho, nomeadamente: Obediência, lealdade, neutralidade, transparência, descrição, justiça, uso adequado dos bens públicos, responsabilidade, assiduidade, pontualidade, urbanidade, etc.	1
4.2	As relações jurídicas de vinculação à função pública constitui-se por nomeação, no regime de carreira e por contrato de trabalho em regime de emprego. A nomeação é um ato unilateral da administração, cuja eficácia está condicionada a aceitação por parte do nomeado e pelo qual se visa o preenchimento de um lugar do quadro. O contrato é um ato bilateral, nos termos do qual se constitui uma relação transitória de emprego público, a termo certo, submetido ao regime jurídico de trabalho por conta de outrem, com as devidas adaptações decorrentes da lei.	1

II Parte - Questões Específicas de Psicologia Clínica

Questão	Resposta Correta	Cotação
1	B) Estamos perante uma situação de alienação parental em que a mãe coloca a criança contra o pai e a família paterna, ou seja, esta prática caracteriza-se como toda interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos pais, pelos avós ou por qualquer adulto que tenha a criança ou o adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância. O objetivo da conduta, na maior parte dos casos, é prejudicar o vínculo da criança ou do adolescente com o genitor. A alienação parental fere, portanto, o direito fundamental da criança à convivência familiar saudável. A alienação parental acarreta muitos efeitos psicológicos e emocionais negativos que pode provocar nas relações entre pais e filhos.	2
2	B	1

3	C	1
4	B	1
5	E	1
6.1	(Transtorno de) Pica na infância porque há o comer persistente ou recorrente de substâncias não-nutritivas pelo menos duas vezes por semana, o comportamento persiste mais de um mês, a criança não exibe outro transtorno mental ou de comportamento, a idade da criança é maior a requerida para o diagnóstico que é de pelo menos 2 anos e, o comportamento alimentar não é parte de uma prática cultural.	2
7	B	1
8.1	B) Transtorno disruptivo da desregulação do humor	1.5
8.2	<p>O primeiro passo é a realização de uma avaliação minuciosa com os pais, os professores e a própria criança que permite fazer um diagnóstico funcional, apontar diagnósticos diferenciais e escolher as técnicas mais pertinentes e eficazes para serem utilizadas no processo terapêutico. A primeira entrevista acontece com os pais ou responsáveis, mas a entrevista com a criança e com o adolescente também é de extrema importância.</p> <p>Treino dos pais e professores se torna essencial. Para tanto, é preciso que se conheçam as contingências das quais o comportamento é função. Inicialmente é preciso fazer um trabalho psicoeducativo, definindo os comportamentos específicos, para que não haja confusão quanto ao que observar e ao que avaliar. Além disso, explicar sobre os antecedentes, ou seja, situações que possibilitam o aparecimento do comportamento, e consequentes, que são os acontecimentos que ocorrem após a emissão do comportamento, independentemente de serem positivos ou negativos. Essa análise é muito importante para os pais, pois, a partir do momento em que conseguem entender e prestar atenção aos eventos que fortalecem o comportamento, se dão conta de que fazem parte desse comportamento. Esta avaliação e a análise funcional também devem ser feitas na escola, ambiente em que a criança passa bastante tempo. Portanto, na psicoterapia infantil, o trabalho com os pais é sempre fundamental para que o aprendizado em sessão clínica possa ser generalizado e reforçado em outros ambientes.</p> <p>Treino com crianças e adolescentes: para este caso, pode-se utilizar vários instrumentos avaliativos e interventivos: psicoeducação; automonitoramento das emoções e comportamentos, gestão de estresse, treino de regulação emocional e de habilidades sociais, com técnicas autoinstrutivas e de empatia; o uso de procedimentos cognitivos mais complexos, como reatribuição, exploração de alternativas e diminuição de atributos hostis das crianças. Aumento da</p>	2

	capacidade de raciocínio moral. Elaboração de planos de ação, que ajudam a criança a refletir sobre os comportamentos adequados em certas situações em que antes agiria com impulsividade, antecipar possíveis problemas e construir formas alternativas e positivas de lidar com eles. Depois disso, a prescrição de tarefa de casa como uma forma de o paciente poder exercitar o desempenho em outros momentos. Jogos terapêuticos para serem trabalhados conjuntamente com pais e filhos, com perguntas sobre o quotidiano, preferências e comportamentos de ambos. Filmes, revistas em quadrinhos, contos de fada são recursos para modelação do comportamento da criança. O <i>role playing</i> , ou ensaio comportamental, também é um ótimo recurso, especialmente com o uso de fantoches, dedoches, argila, música, bonecos. Ainda o sistema de economia de fichas, a fim de fortalecer os comportamentos adequados por meio do reforçamento positivo e a cadeira do pensamento como <i>time out</i> .	
9	C	1
10	D	1.5

Resultado da Prova de conhecimento Psicologia Clínica

N.º	NOME DA CANDIDATA DE BOA VISTA	RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESCALA 0-20 VALORES	PONDERAÇÃO 55%	CLASSIFICAÇÃO
1	Simone Margareth Fortes Lima	13.5	7.43	Aprovada/a

Pedido de Esclarecimento

Os candidatos poderão apresentar os pedidos de esclarecimentos através do correio eletrónico: ConcursoRecrutamento@icca.gov.cv.

DNAP, 28 de julho de 2020

O Júri

Presidente do Júri

Margarida Andrade

1º Vogal

Liudmila Monteiro

2º Vogal

Alcídia Almeida.